

A contribuição de Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura à História do feminismo no Brasil (1896-1933): uma proposta de pesquisa

DEIVID APARECIDO COSTRUBA¹

Introdução:

A proposta deste projeto de pesquisa coincide com a eclosão de questões valorizadas no momento recente da história brasileira. Aborto, maternidade, papel da mulher na sociedade etc. foram os motes que ventilaram na imprensa brasileira, em meados de 2010, época da disputa pelo pleito presidencial entre a candidata petista, Dilma Rousseff, e o tucano, José Serra. O litígio ainda teve a participação da evangélica, Marina Silva, que completou a tríade dos presidenciáveis com maiores porcentagens de eleição.

Com a eleição da primeira mulher presidenta do Brasil, o gênero mulher se destaca, pois Dilma Rousseff torna-se o chefe máximo do Executivo, fato que constituiu um marco importante na história presidencial brasileira. Sua importância deverá ser avaliada tanto nos futuros estudos acerca do tema como em uma nova reordenação e reconfiguração dos valores tradicionalmente instituídos. Tendo em vista que aproximadamente 67% dos eleitores ambicionavam uma mulher na presidência (MENEZES, 2010: 22-23),² patenteia-se o clamor nacional por mudança sexista no âmbito presidencial.

Em pleno século XXI, questões como o aborto foram levantadas pela imprensa e causaram grande polêmica, mas as mesmas discussões acerca do papel da mulher na sociedade, a situação do aborto e a maternidade foram assuntos caros para Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura em meados do século XX.

Sob esta batuta, percebe-se nestes últimos anos, no âmbito dos estudos universitários, o crescente interesse pelo estudo das mulheres, em consequência, o feminismo. Mais do que isso, a situação atual das pesquisas difere muito da praticada pelos pioneiros que se aventuravam na década de 1980 e meados de 1990. Além de poucos trabalhos, havia várias lacunas para preencher. De lá para cá, tornou-se consenso que as mulheres têm uma história que pode ser escrita e que é capaz de iluminar a história dita Geral, ao falar também das relações sociais, raciais e de gênero (PEDRO, 2012: 9-13).

¹ UNESP – Mestre em História Social.

² Soma dos votos de Dilma Rousseff e Marina Silva nas eleições do dia 03/10/2010.

Assim, pensar nas relações de gênero é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais (STEARNS, 2007:11). Os inúmeros trabalhos dedicados a investigar o gênero contribuem enormemente para a compreensão de uma dimensão importante das relações sociais e suas variações ao longo da história.

Já em relação ao feminismo, é difícil estabelecer uma definição exata de seu florescimento, pois está sempre em contínua mutação, enraíza-se no cotidiano e não se mensura no presente. Como todo processo histórico em transformação, o feminismo contém contradições, avanços, recuos, medos e alegrias. Segundo Alves e Pitanguy, o feminismo ressurgiu num momento histórico, quando outros movimentos de libertação denunciavam a existência de formas de opressão que não se limitam ao econômico. Ao sair de seu isolamento e com o objetivo de romper o silêncio, movimentos negros, de minorias étnicas, ecologistas, homossexuais, se organizaram em torno de sua especificidade e se completaram na busca da superação das desigualdades sociais (ALVES, 1991).

Ao considerar, nesta investigação, que as relações de gênero devem ser tratadas como um fenômeno político, pois contêm também relações de poder, observa-se que o feminismo rompe com os modelos políticos tradicionais, que atribuem uma neutralidade ao espaço individual e que definem como política unicamente a esfera pública. Neste sentido, o discurso feminista, ao apontar para o caráter privado da opressão e para os aspectos emocionais da consciência, revelou os laços existentes entre as relações interpessoais e a organização política pública.

Ao se conscientizar do fato de que as relações interpessoais contêm também um componente de poder e de hierarquia (homens *versus* mulheres, pais *versus* filhos, brancos *versus* negros, patrões *versus* operários, heterossexuais *versus* homossexuais, etc.), o feminismo buscou, enquanto movimento, superar as formas de organização tradicionais, permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo.

Para Alves e Pitanguy, o feminismo repensou e recriou a identidade de sexo sob a ótica em que o indivíduo, seja ele homem ou mulher, não tenha que se adaptar a modelos hierarquizados, e que, as qualidades “femininas” ou “masculinas” sejam atributos do ser humano em sua totalidade. Tudo isso, para que a afetividade, a emoção, a ternura possam aflorar sem constrangimentos nos homens e serem vivenciadas, nas mulheres, como atributos

não desvalorizados. Para as autoras, as diferenças entre os sexos também não se traduzam nas relações de poder que permeiam a vida de homens e mulheres em todas as suas dimensões: no trabalho, na participação política, no campo intelectual ou na esfera privada (ALVES, 1991: 9-10).

Para entender a complexidade do fenômeno é preciso perceber que não existe “o feminismo”, e sim, “feminismos” que se entremeiam, dialogam, aliam e certas vezes até divergem. O movimento feminista não se organizou e nem se organiza de forma centralizada, pois ele recusa-se a adotar uma disciplina única, imposta a todas as militantes. Na virada do oitocentos para o novecentos, o termo “feminismo” era muito controverso no Brasil. As mulheres que se definiam como feministas iam desde “feministas católicas”, cuja bandeira bradava que “sem Deus, Pátria Honra e Família” não há feminismo possível, até as profissionais solteiras que buscavam modelos na Europa e nos Estados Unidos e consideraram que o emprego assalariado era o pré-requisito essencial para a emancipação feminina. Além dessas, muitas mulheres, rotuladas pela sociedade como “feministas anárquicas e libertárias”, rejeitavam totalmente o rótulo de “feministas” por considerá-lo “burguês”.³

Com o respaldo das inúmeras definições e redefinições acerca do feminismo, a proposta deste projeto de pesquisa visa a entender, permeando a problemática feminista de gênero, as semelhanças e diferenças da militância de Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura, bem como a contribuição de ambas para a história do feminismo no Brasil. Para inseri-las nesta pesquisa, ver-se-á um sucinto perfil biográfico dessas escritoras.

A escritora Júlia Valentina da Silveira Lopes nasceu no dia 24 de setembro de 1862 no casarão da Rua do Lavradio nº53, no Rio de Janeiro.⁴ Era filha de Antônia Adelina Pereira,

³ Perceber a complexidade do termo e das relações. Cf. (BESSE, 1999) Capítulo intitulado A POLÍTICA DO(S) FEMINISMO(S) E DO(S) ANTIFEMINISMO(S).

⁴ Os registros biográficos, bem como as informações sobre a obra de Júlia Lopes de Almeida foram extraídos de: DE LUCA, Leonora. *Amazonas do pensamento: a gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IFCH, 2004 e “*A Mensageira*”: Uma Revista de Mulheres Escritoras na modernização Brasileira. Campinas, SP: [s.n.], 1999. v.2; COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711 – 2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002, e *Panorama da Literatura Infantil/Juvenil: Das Origens Indo-Européias ao Brasil Contemporâneo*. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 1991; BRASIL, Érico Vital & SCHUMAHÉ, Schuma (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000; COUTINHO, Afrânio, SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: FAE, 1989; RIO, João do. Um lar de artista. IN: _____. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994. (p. 28-37) e MOREIRA, Nadilza M. B. *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. (Tese de doutorado). São José do Rio Preto: Unesp/Ibilce, 1998.

natural de Lisboa e do médico português Valentim Lopes. Primeiramente, a família mudou-se para Nova Friburgo (RJ), onde, com poucos anos de idade, Julia aprendeu a ler e a escrever com a mãe. Após a estada em Nova Friburgo (RJ), a família mudou-se para a cidade de Campinas (SP), em 1869. Desde menina, Júlia Lopes de Almeida demonstrou forte inclinação para as letras, embora em seu tempo, não fosse de bom tom e do agrado dos pais uma mulher dedicar-se à literatura. No entanto, para Júlia Lopes, essa restrição social não se constituiu um problema, pois desde cedo seus familiares a incentivaram aos estudos.

Como desde pequena foi incentivada nas letras, colaborou em várias revistas e jornais da época. Da participação na revista *A Semana*, dirigida por Valentim de Magalhães e Filinto de Almeida⁵, nasceu um romance entre a escritora e este último.

Esse apoio mútuo possibilitou a entrada e circulação do casal em todas as esferas literário-sociais da época, momento em que Júlia, principalmente, foi agraciada por inúmeros intelectuais.⁶ Preocupada com a educação e a instrução da mulher da elite na sociedade fluminense, publicou o *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Donas e Donzelas* (1906). Estas obras funcionaram como manuais de civilidade para as moças, pois forneciam indicações de boas e más leituras de autores estrangeiros (sobretudo franceses), de maneiras adequadas de se comportarem em bailes da *Belle Époque*, bem como maneiras adequadas para o asseio do lar.

⁵Francisco Filinto de Almeida nasceu na cidade do Porto, em Portugal, no dia 4 de Dezembro de 1857. Desembarcou em 15 de janeiro de 1868 na cidade do Rio Grande, quando tinha dez anos de idade, e de lá se transferiu para o Rio de Janeiro, onde aportou em 17 de abril do mesmo ano. Empregou-se como caixeirinho em uma papelaria. Estreou como literato aos 19 anos, ao escrever o entreato cômico *Um idioma*, que foi representado em 16 de julho de 1876 no Teatro Vaudeville. É provável que antes houvesse colaborado em jornais e revistas. Em 1887, publicou *Os mosquitos*, monólogo cômico em versos, e *Lírica*, composições de 1810 a 1887. Fundou com Valentim de Magalhães o jornal literário *A Semana*, em que escreveu de 1886 a 1887, crônicas hebdomadárias, com o pseudônimo de Filindal. Foi redator de *O Estado de S. Paulo*, de 1889 a 1895. Deputado à Assembleia Legislativa de S. Paulo, de 1892 a 1897. Escreveu, em colaboração com a esposa, em folhetins no *Jornal do Comércio*, o romance *A Casa Verde*. Foi considerado brasileiro em virtude da lei da grande naturalização. Esta se referiu ao procedimento adotado pela Constituição de 1891 (a primeira Constituição da República) que, em seu artigo 64, § 4º estabelecia que seriam considerados "cidadãos brasileiros os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro de seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o animo de conservar a nacionalidade de origem". O marido de Júlia Lopes de Almeida foi ainda um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, e ocupou a cadeira de nº3, cujo patrono foi Artur de Oliveira, de quem fora amigo. Filinto morreu em 28 de janeiro de 1945 de insidiosa moléstia na então Capital Federal – RJ.

⁶ Perceber a participação de Júlia Lopes no cenário literário nacional. Cf. (RIO, 1994: 28-37).

Já em 1901, veio a público o compêndio *A falência*. Sob a temática do encilhamento e ambientado no Rio de Janeiro, a obra mostrou a conflitante vida de Camila, personagem que se destaca por trair o marido com o médico da família.

No ano de 1910, Júlia Lopes publicou *Eles e Elas: monólogos e diálogos*, livro que fugia das antigas abordagens e reconfigurou o papel da mulher na sociedade fluminense. As personagens representadas não eram tipos ideais de “anjos do lar”, a mãe amável que se preocupa com a casa, filhos e marido. Ao invés disso, estas personagens se portavam diferentemente de mulheres “tradicionais”, pois eram totalmente independentes e em certas passagens trocavam de papéis com os homens, sendo que estes cuidavam do lar e esperavam ansiosamente suas esposas. Em contrapartida, suas esposas trabalhavam e chegavam somente à noite em casa.

Em 1913, a autora lançou *Correio da Roça*. O trabalho também foi publicado em folhetins pelo jornal *O País* entre os anos de 1909 e 1910. Escrito sob a forma de uma troca de cartas entre as personagens, conta a história de Maria que, em virtude da morte do marido e das dívidas que ele deixara por pagar, se vê obrigada a desfazer-se de sua residência urbana na Capital Federal, mudando-se com as filhas para uma antiga propriedade rural da família. No começo, a vida na propriedade rural aborrece-as, mas aos poucos, sob a influência dos conselhos de uma amiga (Fernanda), vão sendo incitadas a transformar aquela terra improdutiva numa propriedade agradável. Esse lugar se encontrará diferente no final do romance, pois as personagens encontram-se perfeitamente adaptadas à vida rural, esforçando-se por melhorar as condições da terra e da gente que ali trabalhava e habitava. Para Eleonora de Luca, as ideias de aperfeiçoamento do campo brasileiro, veiculadas por meio deste livro, envolviam a discussão acerca do exercício de uma atividade transformadora, benéfica e solitária, compreendida como mediadora de um relacionamento equilibrado entre o homem e a natureza. O sujeito que compreendia *par excellence* essa atividade seria, aliás, não o homem, mas a mulher brasileira, devidamente instruída e instrumentada para esta missão, sendo este o ponto principal de conexão entre o romance de Júlia Lopes de Almeida e a perspectiva *saint-simoniana*⁷.

⁷ A proposta utópica de Saint Simon (1760-1825) reservava um papel crucial para a igualdade entre sexos, consubstanciado também na ideia de uma “missão” feminina. O escritor concedia à mulher o lugar mais amplo no convívio social; em uma sociedade de futuro, a igualdade entre sexos era tão necessária quanto pôr fim à

Já em 1925, publicou o livro *Maternidade* – primeiramente publicado no Jornal do Commercio – datando de 19 de agosto de 1924 até 24 de agosto de 1925. Essa obra estabelece um diálogo entre a maternidade, o amor de mãe e a guerra. Assim, para Júlia Lopes, uma mãe é como:

...um ramo bento a esparzir pela casa bênçãos e tranqüilidade... Em que repousa, porém essa confiança? Na certeza, na adivinhação da prodigiosa força do amor materno, esse amor criador de prodígios, afrontador de sacrifícios. (ALMEIDA, 1925).

Assim, sob o prisma da problemática da pesquisa, quais sejam: “emancipação feminina”, “o papel da mulher na sociedade” e a “moral burguesa”, as obras de Júlia Lopes que integrarão as fontes desta pesquisa são as seguintes: *Livro das Noivas* (1896), *A Falência* (1901), *Livro das Donas e Donzelas* (1906), *Eles e Elas: monólogos e diálogos* (1910), *Correio da Roça* (1913), *Maternidade* (1925).

A outra escritora a ser focalizada, Maria Lacerda de Moura, nasceu em 16 de junho de 1887, em Manhuaçu (MG). Filha primogênita de uma família modesta, aos cinco anos foi para Barbacena (MG), onde cursou a Escola Normal Municipal e, anos depois, lecionou pedagogia e higiene. Casou-se com Carlos Ferreira de Moura, adotando uma menina e depois um sobrinho, pois não podia engravidar.

Ainda na cidade de Barbacena, Maria Lacerda sente-se atraída pelas ideias feministas e sufragistas de Bertha Lutz⁸. Na *Revista da Semana* e em um de seus primeiros livros – *Em torno da educação* (1918), apoia os esforços de Lutz, que lutaria sem trégua pelo direito do voto feminino. Porém, anos mais tarde, a própria escritora recusa tal obra ao mostrar que não

exploração dos operários pelos patrões. Cf. DE LUCA, Leonora. Amazonas do pensamento: a gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP / IFCH, 2004. p.192.

⁸Bertha Maria Julia Lutz (São Paulo, 1894 — Rio de Janeiro, 1976) foi uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. O pai, Adolfo Lutz, era oriundo de uma família suíça, e a mãe, inglesa. Era zoóloga de profissão. Estudou ciências naturais em Paris, na Sorbonne, com especialização em anfíbios anuros. Depois de tomar contato com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos da América, Berta criou as bases do feminismo no Brasil. Foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na assembléia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Foi eleita suplente para deputado federal em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936 assumiu o mandato. As principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista com relação ao trabalho feminino e infantil, e até mesmo a igualdade salarial. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, perdeu o mandato. Cf. (BRASIL, 2000).

se passava de uma imposição do *status quo*. Além disso, agradeceu a José Oiticica,⁹ pela influência anticlerical. Segundo Maria Lacerda:

Já havia publicado “Em torno da educação” (que horror! Que horror livro patriótico, exaltado, burguesismo, cheio de preconceitos e dogmatismo. Não o reconheço mais).

Foi muito bem recebido pela crítica, aplaudidíssimo (pudera!). Se era a defesa incondicional da sociedade vigente! José Oiticica viu nele algo que lhe interessava sob o ponto de vista de uma futura rebelde. Conheci-o através de larga correspondência. Veio para mim com as mãos cheias de literatura revolucionária. Sorvi tudo aquilo e muito mais e dei um salto na minha evolução. A família alarmou-se. Novas lutas. Perdi o dogmatismo religioso espírita, já era anticlerical. (MOURA, 1929)

Publicou também *A mulher hodierna e seu papel na sociedade* (1923), nos frêmitos da readequação da mulher no Brasil do início do século XX, tema que gerou inúmeros debates.

Já em *A mulher é uma degenerada* (1924), mostrou os mitos criados, sob a ótica religiosa e “científica” a fim de legitimar a submissão feminina ao poder patriarcal masculino, propagador dos ideais máximos para as mulheres: a maternidade e a domesticidade. A obra, editada três vezes, gerou uma forte repercussão na sociedade, provocando polêmicas em vários jornais do país.

Colaborou com Bertha Lutz na fundação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Mudou-se, nessa época, para São Paulo e ficou indignada ao se deparar com as condições de vida do proletariado paulista. Abandonou então o discurso ameno e reformista e ligou-se ao movimento operário anarquista da capital paulista. Assumiu a presidência da Federação Internacional Feminina, entidade criada por mulheres da cidade de Santos e São Paulo.

Adepta do amor livre, Maria Lacerda de Moura aproveitou todas as oportunidades para manifestar-se a favor da educação sexual contra a moral vigente. Reconhecia que as relações mantidas pelas mulheres com o seu corpo, os homens, a família e o trabalho eram temas mal discutidos no movimento feminista convencional e, neste sentido, utilizou seus livros, artigos

⁹ José Rodrigues Leite e Oiticica (Oliveira, 1882 – Rio de Janeiro 1957), anarquista, professor e filólogo brasileiro, estudou Direito e Medicina, não tendo concluído nenhum dos cursos em favor do magistério e da pesquisa filológica.

e conferências como verdadeiros canais de expressão para abordá-los. Sua obra *Religião do amor e da beleza* (1926) contrariava os preceitos bíblicos, e em *Amai e... não vos multipliqueis* (1932) e em *Han Ryner e o amor plural* (1933) defendia o amor, sobretudo o amor plural.

Afastou-se do movimento feminista quando passou a acreditar que a luta pelo direito ao voto significava apenas um avanço pontual na condição feminina, que beneficiaria principalmente as mulheres de elite, sem contudo, abalar as estruturas patriarcais. Separou-se do marido em 1928, mudando-se para a colônia agrícola anarquista de Guararema (SP), onde viveu por sete anos e participou intensamente da vida comunitária. Mesmo rompendo com as organizações femininas de esquerda, durante a Revolução Constitucionalista de 1932 continuou lutando pela emancipação e pelos direitos das mulheres à instrução.

A anarquista desafiou todas as formas de poder, enfrentando a opressão da Igreja, do Estado, das leis, da escola e da família. Militante política, alcançou com sua obra leitores em toda a América Latina.

Por fim, a “emancipação feminina”, “o papel da mulher na sociedade” e a “moral libertária” são os motes de investigação nas obras de Maria Lacerda de Moura, quais sejam: *Em torno da educação* (1918); *A mulher hodierna e seu papel na sociedade* (1923); *A mulher é uma degenerada* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Amai-vos e não vos multipliquei* (1932), *Han Ryner e o amor plural* (1933).

Justificativa e Síntese Bibliográfica

Segundo *June Hahner* a comparação das mulheres com os escravos é antes um artifício retórico que uma afirmação factual. Isto se evidencia devido ao fato de que ainda que as leis negassem igualdade de cidadania às mulheres, não lhes era negada a liberdade física. Contudo, os escravos poderiam eventualmente fugir ou comprar sua alforria, enquanto a feminilidade era inelutável para as que nela nasceram. Em suma, a pesquisadora conclui que “a escravidão foi de modo geral uma experiência coletiva, enquanto as mulheres, por comparação, frequentemente sofreram isolamento” (HAHNER, 1981).

Deste modo, uma pesquisa acerca das mulheres faz-se necessária, pois “nunca é possível excluir as mulheres da mesma forma como é possível excluir outros grupos marginais, devido à importância vital das mulheres em satisfazer as necessidades masculinas de prazer e procriação. As mulheres são uma categoria por si próprias” (HAHNER, 1981).

Assim, é necessária uma revisão do papel da mulher na sociedade e da visão “falocêntrica” que vem, sem contar inúmeros ganhos do movimento feminista, oprimindo e intimidando mulheres em todas as esferas da sociedade.

Neste sentido, este trabalho procurará estudar as propostas feministas de ambas as escritoras e discutir suas práticas de militância, apontando suas semelhanças e diferenças. Ao focalizar os espaços sociais onde mais atuaram, espera-se dar ainda mais visibilidade e força à historiografia de gênero, o que, em decorrência, atingirá a crítica, a rigidez e o autoritarismo que têm marcado a construção das identidades sexuais e sociais femininas.

Cabe destacar ainda que Júlia Lopes de Almeida dedicou uma luta constante contra a ideia de uma mulher reclusa e ociosa, voltada só para as tarefas domésticas. Ao contrário, deu atenção especial ao campo da instrução das mulheres, por meio de leitura de livros, para que estas pudessem melhor administrar o lar e confortar os desejos e anseios do marido e filhos. Almejou também rediscutir valores tradicionalmente instituídos, o que fez com poucas agressivas intervenções, motivo pelo qual teve acesso garantido à grande massa de leitores distribuídos pelos mais diferentes estratos sociais.

Já Maria Lacerda de Moura preconizou atenção especial ao campo da sexualidade e da educação como terreno de enfrentamento dos problemas femininos. Tendo em vista que suas qualidades pessoais precisavam ser desenvolvidas em termos intelectuais e emocionais, o que incluía relacionamentos amoroso-sexuais, ao invés de se subordinarem aos interesses do marido e aos cuidados com os filhos e com o lar, a anarquista enfatizou a liberação sexual das mulheres, como forma de demonstrar a autonomia do indivíduo em seu ativismo.

Coincidindo algumas vezes e discordando em outras, as concepções de emancipação feminina das escritoras foram elaboradas em contextos inteiramente diferentes. Revelaram entre si diferença de espaço, condição social, geração e mesmo posicionamento político, mas que aguçam e encorajam a pesquisa histórica.

Deste modo, a presente pesquisa não busca apenas discutir os temas em pauta pelo viés comparativo. Ao pretender debruçar-se sobre a obra de duas escritoras, este estudo evidencia a preocupação em discutir as perspectivas distintas das protagonistas investigadas.

Como primeira constatação, ao ambicionar analisar a obra de Júlia Lopes, percebe-se de que forma seus manuais de ciências domésticas, *Livro das Noivas* (1896) e *Livro das Donas e Donzelas* (1906), compactuaram e corroboraram com os ideais de higienização

propostos por médicos e sanitaristas no início do século XX. Além disso, o universo ficcional da literata era cercado de aventuras rocambolísticas, traições e personagens de vida airada, exemplo do famoso romance *A falência* (1901). Soma-se, ainda, o compêndio intitulado *Eles e Elas: monólogos e diálogos* (1910), considerada a obra com maior teor feminista, cujo tema principal é a inversão dos valores tradicionais masculino/feminino. Assim, pode-se considerar a escritora Júlia Lopes de Almeida como representante de um “feminismo esclarecido”,¹⁰ cuja militância seria um pouco mais moderada do que a do feminismo propriamente dito.

Já o segundo ponto de vista, ao se examinar a obra de Maria Lacerda de Moura, diferente da primeira escritora, percebe-se que seus livros compactuaram com a maioria dos folhetos que propagandeavam os ideais libertários, além de muito destas obras dirigirem uma “contudente crítica à moral burguesa, ao autoritarismo político social e à opressão das mulheres” (RAGO, 1998: 9-10). Têm-se os seguintes títulos: *A mulher é uma Degenerada?* (1924), *Religião do Amor e da Beleza* (1926), *Amai e não vos multipliquei* (1932), e *Han Ryner e o Amor Plural* (1933) como exemplos claros deste tipo de crítica. Assim, pode-se considerar a escritora Maria Lacerda de Moura como representante de um “feminismo libertário”,¹¹ cuja atuação seria *stricto sensu* do feminismo.

Por fim, ao pensar no título do projeto “Feminismo(s) de dois gumes?”, deve-se primeiramente esclarecer que se refere ao famoso dito popular. Nesta referência já muito citada, mas que nem por isso perdeu sua força, fez-se alusão à faca que possui dois gumes, ou seja, dois lados, assim como os questionamentos que nortearão esta pesquisa, ao mostrar os

¹⁰ Segundo Magaldi, esta expressão foi usada em reportagem publicada na *Revista feminina*, em 1916, sobre a fundação da Associação da Mulher Brasileira – da qual Júlia Lopes foi uma das integrantes desde o início – na qualificação do tipo de feminismo expressado por esta organização. Há também estudos, a exemplo do de Leonora de Luca, que acreditam num “possível feminismo de Júlia Lopes de Almeida”. Cf. (MAGALDI, 2001:39) e (DE LUCA, 1999: 275-299).

¹¹ Segundo Margareth Rago, algumas mulheres anarquistas ficaram bastante conhecidas como Matilde Negrassi, que colaborava em *A Terra Livre* e *O Amigo do Povo*, de São Paulo. Isabel Cerruti, colaboradora de *A Plebe*, Josefina Stefani, Maria Antonia Soares, Maria Angela Soares, Maria de Oliveira, Tibi, ativas militantes que assinavam os artigos da imprensa operária e organizavam reuniões nos centros de cultura social, ou entre os grupos de teatro que existiam no país. Deste modo, ao lado delas, Maria Lacerda de Moura fundou uma FEDERAÇÃO INTERNACIONAL FEMININA, em 1921, com um grupo de São Paulo, sediado na Rua da Liberdade, nº168. A Federação colocava como meta em seu programa: “canalizar todas as energias femininas dispersas, no sentido da cultural filosófica, sociológica, psicológica, ética, estética – para o advento da sociedade melhor”. Ao considerar este solo comum, acreditou-se que a tentativa de Maria Lacerda de Moura em fundar “federações internacionais”, claramente inspiradas nas AIT (Associação Internacional Comunistas) possa dar margem interpretativa para afirmar um feminismo do tipo *stricto sensu*, no qual coloca no mesmo patamar os direitos femininos e a luta de classes. Quanto às informações referentes à Federação Internacional Feminina Cf. (RAGO, 1998:10).

dois lados do feminismo: seja de Júlia Lopes, seja de Maria Lacerda. Sob esta ótica dual, pretender-se-á verificar a contribuição de Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura à história do feminismo no Brasil.

A produção historiográfica brasileira sobre o feminismo tem-se adensado nas últimas décadas. Isto se deve ao fato de que, a partir das novas propostas da Nova História, a mulher ganhou destaque na seara historiográfica. Hoje em dia, o gênero é o tema central na discussão em relação ao papel masculino/feminino na sociedade, resultante das investigações de vários grupos de estudos.¹² Assim, as pesquisas acerca do feminismo, principalmente sobre o feminismo em Júlia Lopes de Almeida e/ou Maria Lacerda de Moura são frutos destes grupos de pesquisa.

É o caso da pesquisa de Nadilza Martins de Barros Moreira, da área de Letras, cujo trabalho intitula-se *A condição Feminina Revisitada: Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. Esse estudo recuperou uma literatura feita por mulheres, valorizando as obras de autoria feminina, bem como uma memória literária nacional que está revelada nas narrativas de ambas as escritoras.

Ao adentrar na área sociológica, têm-se os trabalhos de Leonora de Luca, com a dissertação *“Amazonas do pensamento”: A Gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*, pesquisa que analisou um universo bem mais amplo de escritoras brasileiras arroladas pelo dicionário do *Sacramento Blake* (divulgado entre 1883 e 1902). Neste sentido, a obra procurou descrever, caracterizar e compreender a participação do numeroso contingente feminino nacional, emergente na segunda metade dos Oitocentos, na constituição de uma coletividade de mulheres reunidas em torno de objetivos comuns. Deste modo, foram enquadradas em três períodos. O primeiro abrangeu as quinze mulheres “ancestrais”, cuja atuação limitou-se aos séculos XVII e XVIII ou ao início do século XIX, mas com o pensamento atrelado ao Antigo Regime. Já o segundo abarcou um grupo intermediário de dezessete escritoras, que atuaram principalmente em meados ou no terceiro quartel do século

¹² Cabe elencar a partir daqui, grupos de estudos que tratam do tema como os *Cadernos Pagu* - Núcleo de Estudos de Gênero - em Campinas; a *Revista Estudos Feministas*, ligada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas e Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina; o *Caderno Espaço Feminino*, vinculado a Universidade Federal de Uberlândia e ainda o GT Mulher e Literatura da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística.

XIX. O último compreendeu o grupo majoritário de escritores, no qual figura Júlia Lopes de Almeida, que teve grande atuação especialmente no último quartel do século XIX.

Ainda atenta-se para o trabalho “O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934)”¹³, escrito por Leonora De Luca, que buscou o estudo simultâneo da vida e da obra da escritora, a partir de uma abordagem relacional, que permitiu concluir que Júlia Lopes colocou em prática, em sua produção literária e em suas ações concretas, o “feminismo possível”, dentro de um quadro de sua época e dos limites dados pelo meio social em que se desenvolveu.

Em outro diapasão, tem-se a pesquisadora Miriam Moreira Leite, cuja contribuição para a história do feminismo no Brasil é inestimável, visto que pesquisou exaustivamente o feminismo em Maria Lacerda de Moura.

Com o início de seus estudos feministas em meados dos anos 80, Leite publicou o primeiro estudo acadêmico sobre a anarquista, denominado *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*, e, atualmente, após algumas revisões, organizou o trabalho *Maria Lacerda de Moura: Uma Feminista Utópica*.

Ainda na área de História, tem-se a pesquisa de Jussara Valéria de Miranda, intitulada “*Recuso-me!*”! *Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*, na qual se buscou discutir algumas concepções presentes no pensamento de Maria Lacerda de Moura, tal qual a noção de “objeção de consciência” e “emancipação feminina”.

Igualmente, Liane Peters Richters, em *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*, estudou as propostas emancipatórias de duas feministas libertárias entre fins do século XIX e primeira metade do século XX: Emma Goldman (1896-1940) e Maria Lacerda de Moura (1887-1945). Ao fazer esta pesquisa, Richters apontou semelhanças e diferenças, focalizando os espaços onde elas mais atuaram: os Estados Unidos e o Brasil, respectivamente.

Após esta síntese bibliográfica, demonstra-se que a presente pesquisa visa a fazer uma história comparada entre Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura. Nessa tarefa, pretende-se alcançar os objetivos que se verão a seguir.

¹³ Tal artigo instigou a pesquisa de mestrado denominada “*A Mensageira*”: *Uma Revista de Mulheres Escritoras na modernização Brasileira*, e doutorado de Eleonora, bem como a ideia deste projeto, porém esmiuçando todo o compêndio de Júlia Lopes, comparando-a a Maria Lacerda de Moura. Cf. (DE LUCA, 1999: 275-299).

Objetivos

O objetivo estabelecido para este trabalho é analisar, no período compreendido entre 1896 e 1933, a luta pelos direitos da mulher, sob a ótica de Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura. Assim, para a completude da pesquisa, é necessário compreender as propostas de “emancipação feminina” e do “papel da mulher na sociedade”, além de perceber as posições relativas à “moral”, cuja referência aponta para um conjunto de valores, normas e costumes burgueses, no caso de Júlia Lopes de Almeida, e libertários, no de Maria Lacerda de Moura.

De uma maneira sistemática, pontuar-se-ão alguns dos objetivos:

- Identificar as características do “feminismo esclarecido” na vida e obra de Júlia Lopes de Almeida.
- Identificar as características do “feminismo libertário” na vida e obra de Maria Lacerda de Moura.
- Detectar o significado do “papel da mulher na sociedade”, para Júlia Lopes de Almeida e para Maria Lacerda de Moura.
- Apontar as semelhanças e diferenças entre as escritoras, segundo o conceito de “emancipação feminina”.
- Destacar as semelhanças e diferenças de ambas segundo o conceito de “moral”.
- Reconstituir o contexto sócio-histórico de Júlia Lopes de Almeida e de Maria Lacerda de Moura.
- Discutir os rótulos atribuídos a Júlia Lopes e Maria Lacerda.

Neste sentido, os objetivos aqui elencados serão tomados como ponto de partida, e, à medida que, o trabalho for se desenvolvendo, novos problemas poderão vir à tona.

Metodologia e fontes:

No que se refere aos aspectos metodológicos deste trabalho, considera-se fundamental esclarecer inicialmente como foram delimitadas suas balizas cronológicas. Ao mencionar os temas, quais sejam: “emancipação feminina”, “papel da mulher na sociedade” e a “moral”; somados ao auge literário de ambas as escritoras, chegou-se à periodização propriamente dita.

Deste modo, reuniram-se algumas obras de ambas as autoras que trataram acerca destas questões, por ordem crescente, o que limitou a análise no período compreendido entre 1896 e 1933. Assim sendo, temos as seguintes obras: *Livro das Noivas* (1896), *A Falência* (1901), *Livro das Donas e Donzelas* (1906), *Eles e Elas: monólogos e diálogos* (1910), *Correio da Roça* (1913), *Maternidade* (1925) de Júlia Lopes de Almeida; e *Em torno da educação* (1918), *A mulher hodierna e seu papel na sociedade* (1923), *A mulher é uma degenerada* (1924), *Religião do amor e da beleza* (1926), *Amai e não vos multipliquei* (1932), *Han Ryner e o amor plural* (1933), de Maria Lacerda de Moura.

Neste contexto, empreender uma reflexão sobre um dado fenômeno no passado exige de todo historiador esforço e atenção redobrados, pois o que se pretende aqui identificar é a realidade social de Júlia Lopes de Almeida e Maria Lacerda de Moura. Concorde-se então com as proposições de Roger Chartier, em *A História Cultural: entre práticas e representações* (CHARTIER, 1988). Segundo ele, cabe à história cultural identificar os diferentes elementos para compor, ou representar, uma realidade social determinada. Para isso, é preciso investigar e conhecer as classificações e categorias que constituem essa “construção” de realidade, criadas no próprio grupo social.

Quando uma realidade é estudada e pode ser lida ou interpretada, imaginam-se os critérios de classificação e delimitação para organizar e apreender na mesma uma determinada visão de mundo. Essas categorias são construídas dentro de um grupo social e incorporadas por seus integrantes; graças a elas, o presente adquire um sentido ou se torna inteligível. As representações são construídas de acordo com os interesses do grupo que as projeta. Logo, não existem discursos neutros. Eles produzem estratégias e práticas diversas, que buscam sobrepor aos demais. Procuram legitimar, por meio de diferentes maneiras, os valores e atitudes dos indivíduos desse grupo social.

Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competição, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988:16-17).

No que diz respeito ao estudo que se propôs realizar, os mecanismos pelos quais um grupo impõe-se, ou tenta se impor, bem lembrado por Chartier, provoca uma outra questão. Ao tratar de uma história de gênero, conseqüentemente trata-se da diferença entre os sexos. Deste modo, o texto *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (CHARTIER, 1995:37-47) traz à luz a novas interrogações. Primeira: “Quais são os limites de validade e os critérios de pertinência da oposição entre feminino e masculino?” (CHARTIER, 1995:38). Ao exemplificar com a escrita feminina, Chartier sinaliza para o recurso frequente do anonimato ou ao pseudônimo que dissimula a identidade verdadeira do autor. O que pode ser exemplificado com o pseudônimo “Écila Worms” utilizado por Júlia Lopes.

Segunda interrogação: “que diferenciação fazer entre a dominação masculina e a dominação simbólica que supõe a adesão dos próprios dominados às categorias e recortes que fundam sua sujeição?” (CHARTIER, 1995:40) Maria Lacerda de Moura, anarquista conhecida por suas posições radicais, combateu demasiadamente qualquer forma de opressão. Assim, cabe destacar que a violência simbólica “só triunfa se aquele(a) que a sofre contribui para a sua eficácia; ela só o submete na medida em que ele (ela) é predisposto por um aprendizado anterior a reconhecê-la” (CHARTIER, 1995:37-47)

Por fim, é o problema de se trabalhar com a “temporalidade da história das relações entre os sexos”, que não deveria ser outra que não fosse “aquela emprestada da historiografia tradicional” (CHARTIER, 1995:44). Para não ficar atrelada à historiografia clássica, é preciso, antes de tudo, que a história das mulheres seja concebida por uma periodização original, o que seria um investimento importante.

Neste sentido, para entender como as escritoras, cujas obras serão examinadas nesta pesquisa, conseguiram se inserir e circular em uma rede de sociabilidade extremamente machista, é preciso primeiro definir a submissão imposta às mulheres com uma violência simbólica, pois:

[...] ajuda a compreender como a relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é sempre afirmada como uma diferença de natureza, radical, irredutível, universal. O essencial não é então, opor termo a termo, uma definição histórica e uma definição biológica da oposição masculino/feminino, mas sobretudo identificar, para cada configuração histórica, os mecanismos que enunciam e representam como ‘natural’, portanto biológica, a divisão social, e portanto histórica, dos papéis e das funções (CHARTIER, 1995:42).

Somam-se ainda as propostas de Michele Riot-Sarcey, Eleni Varikas e Christine Planté, as quais lançam luz sobre o conceito de “excepcionalidade da mulher”. Segundo as acepções da palavra *exceção*, têm-se a ideia de “que goza de exceção, privilegiado” bem como a definição de “incomum, excêntrico, extravagante”. Será que tanto Maria Lacerda de Moura como Júlia Lopes de Almeida podem ser consideradas como mulheres “excepcionais” – ou seres de exceção - de seu tempo? A última foi excepcional pelo sucesso de vendas, pelo conagraçamento perante aos seus pares e pelo “privilégio” do apoio do pai e marido. Ou pode-se pensar na excepcionalidade da figura Maria Lacerda, em relação a todas as formas de opressão contra as quais lutava.

Em suma, no que se refere aos modelos interpretativos, ou de cunho teórico-metodológicos, além dos já aqui apresentados, pode-se dizer que outros provavelmente se configurarão durante a pesquisa, visto que se julga não ser possível reduzir e adaptar o objeto estudado a uma ferramenta teórica metodológica antes da pesquisa, assim como o oposto disso, ou seja, adaptar a ferramenta ou abordagem ao objeto, pode ser ineficiente.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Branca Moreira e PITANGUY, Jacqueline. *O que é Feminismo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

BESSE, Susan K. *Modernizando a Desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914 – 1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRASIL, Érico Vital & SCHUMACHER, Schuma (org.). *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

_____. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. *Cadernos Pagu*. Campinas, v. 4, p. 37-47, 1995.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras: (1711 – 2001)*. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

COUTINHO, Afrânio; SOUZA, J. Galante de. *Enciclopédia de Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: FAE, 1989.

_____. *Panorama da Literatura Infantil/Juvenil: Das Origens Indo-Européias ao Brasil Contemporâneo*. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 1991

DE LUCA, Leonora. *Amazonas do pensamento: a gênese de uma intelectualidade feminina no Brasil*. Campinas, 2004. Tese de doutorado. Unicamp/IFCH.

“A Mensageira”: Uma Revista de Mulheres Escritoras na modernização Brasileira. Campinas, SP: [s.n.], 1999. Vol.2.

_____. O ‘feminismo possível’ de Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). *Cadernos Pagu*. Campinas, vol.12, p. 275-299, 1999.

LEITE, Miriam Moreira *Maria Lacerda de Moura, uma feminista utópica*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2005.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de casa: Discursos Pedagógicos destinados à família no Brasil*. 2001. Tese de Doutorado. Niterói: UFF.

MIRANDA, Jussara Valéria de. “Recuso-me”! *Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*. Uberlândia, 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia,

MOREIRA, Nadilza M. B. *A condição feminina em Júlia Lopes de Almeida e Kate Chopin*. São José do Rio Preto, 1998. (Tese de doutorado). Unesp/Ibilce.

MOURA, Maria Lacerda de. Autobiografia. *O Combate*, n. 5, 03/08/1929. IN: LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*. SP: Ática, 1984 p. 146.

NOVAIS, Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil*. 4ºvol. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

NEEDELL, Jeffrey D. *Belle Époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

OFFEN, Karen. Defining Feminism: A Comparative Historical Approach. *Signs* Vol. 14, No. 1 (Autumn, 1988), pp. 119-157.

PEDRO, Joana Maria e PINSKY, Carla Bassanezi. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *Prosa de ficção: de 1870 a 1920*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

PLANTÉ, Christine. "Femmes exceptionnelles: des exceptions pour quelle règle?". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp.91-111.

RIO, João do. Um lar de artista. IN:____. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994. (p. 28-37).

RICHTER, Liane Peters. *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*. (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1998.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/Dep. Nacional do Livro, 1994.

SHOWALTER, Elaine. "Toward a Feminist Poetics," *Women's Writing and Writing About Women*. London: Croom Helm, 1979. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=GACFAAAAIAAJ&q=Toward+a+Feminist+Poetics&dq=Toward+a+Feminist+Poetics&hl=pt-br&ei=PJgXTcPcDoO88gayxoTJDQ&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=5&ved=0C DYQ6AEwBA. Acesso em: 30 nov. 2010.

SIRINELLI, Jean-François e RIOUX, Jean Pierre. *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editora Estampa, 1998.

SUSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras: literatura, técnica e modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

STEARNS, Peter N. *História das relações de gênero*. São Paulo: Contexto, 2007

TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. IN: DEL PRIORE, Mary (org.) *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

VARIKAS, Eleni et RIOT-SARCEY, Michèle. "Réflexions sur la Notion d'Exceptionnalité". *Les Cahiers du GRIF*, Paris, no 37-38, 1988, pp.77-89.